

Crise da Petrobras coloca em xeque futuro da indústria naval no Brasil



As denúncias contra empreiteiras na Operação Lava-Jato e a admissão, pela empresa SBM, de pagamento de propina a funcionários da Petrobras, criaram um clima de apreensão sobre o futuro da indústria da construção naval e offshore no Brasil. Há receio dos eventuais efeitos das investigações sobre os estaleiros nacionais, controlados em alguns casos pelas empresas envolvidas na Lava-Jato. Sindicatos de metalúrgicos temem demissões em instalações industriais do setor, que poderiam ficar impedidas de participar de novas licitações da Petrobras. E há ainda, no meio empresarial, a avaliação de que a estatal, cliente única dos grandes estaleiros, pode ter dificuldades de executar o seu plano de investimentos, o que levaria a atrasos em novas encomendas. A construção naval é uma indústria recente no Brasil que requer investimentos de longo prazo e renovação da carteira de encomendas para se consolidar. Por outra parte, a Petrobras tem o desafio de cumprir sua meta de produção até 2020 e, pelas regras do conteúdo local, precisa dos estaleiros nacionais para construir novas plataformas, sondas de perfuração, entre outros equipamentos. Em meio aos escândalos da Lava-Jato e da SBM, surgem dúvidas sobre o futuro de alguns estaleiros. Um deles é o Estaleiro Brasa, de Niterói (RJ), controlado pela SBM em parceria com o grupo Synergy. Na segunda-feira, a presidente da Petrobras, Graça Foster, afirmou que a SBM está impedida de participar de licitações da Petrobras enquanto não esclarecer para quem pagou propina na estatal. Graça disse que os contratos em andamento com a SBM não serão interrompidos. No mercado, existem avaliações de que o Brasa, por ter a SBM como sócia, poderá ficar sem novas obras da Petrobras. Procurada, a Petrobras não se pronunciou. Na Lava-Jato, foram presos executivos de empresas que controlam alguns dos novos estaleiros do país. O estaleiro constrói módulos para plataformas e faz a integração desses módulos no casco de navios-plataforma. Já entregou uma unidade e trabalha nos módulos de outras duas plataformas, empregando hoje 1,6 mil trabalhadores, segundo Edson Rocha da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói. Ele disse temer que ocorram demissões caso o Brasa fique impedido de entrar em novas licitações da Petrobras. Procurados, os representantes do Brasa e da SBM não foram localizados. Silva acrescentou que a UTC, envolvida na Lava-Jato, também tem unidade em Niterói para a construção de módulos, onde emprega 850 trabalhadores. “Não queremos que se repita em Niterói o que está acontecendo em Charqueadas [RS]”, disse Silva. A afirmação é uma referência à paralisação da unidade da Iesa Óleo e Gás, em Charqueadas, que pode levar à demissão de mil trabalhadores. Na terça, a Petrobras rescindiu contrato para construção de módulos de compressão de gás para plataformas de petróleo com a IESA. A IESA, em recuperação judicial, é alvo da Lava-Jato e teve o presidente, Valdir Carreiro, e o diretor Otto Garrido Sparenberg, presos na sexta-feira pela Polícia Federal. Eles foram soltos na terça-feira. A Petrobras informou que uma nova licitação para a contratação dos módulos que estavam com a IESA será realizada “oportunamente”. A encomenda original feita à Iesa em julho de 2012 era de 24 módulos para seis plataformas, por US\$ 720,4 milhões. Em outubro, porém, a construção de oito deles foi transferida para a China em função da crise financeira enfrentada pela empresa e pela controladora, a Inepar, que pediu recuperação judicial em setembro. Ainda no Rio Grande do Sul, a Estaleiros do Brasil (EBR), de São José do Norte, está construindo módulos para a plataforma P-74 da

Petrobras. A EBR é controlada pela Toyo-Setal, que teve dois diretores incluídos na Lava-Jato, os quais fizeram acordo de delação premiada. Fonte próxima da EBR disse que os contratos que a empresa têm com a Petrobras, de construção de módulos, seguem "normalmente". Mas a pergunta que o mercado faz é qual será o futuro da EBR: se a empresa poderá sofrer os impactos dos atos dos controladores da Toyo-Setal. Também há dúvidas sobre eventuais desdobramentos da Lava-Jato para a Engevix Construções Oceânicas (Ecovix), do mesmo grupo da construtora Engevix, cujo vice-presidente, Gerson Almada, está entre os presos da Lava-Jato. Um dos delatores ligados à Toyo-Setal é o empresário Augusto Mendonça, que também integra o conselho de administração da EBR. Mendonça foi eleito, na semana passada, vice-presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) para o período 2014-2018. "O Sinaval não pode cercear o direito de candidatura, em suas eleições, de representantes de empresas legítimas do segmento industrial naval e offshore, os quais, pelas leis brasileiras, devem ser considerados idôneos até prova em contrário", disse nota do Sinaval divulgada após a eleição. Na Lava-Jato, foram presos executivos de empresas que controlam alguns dos novos estaleiros do país. É o caso da Camargo Corrêa e Queiroz Galvão, donas do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), de Pernambuco, em parceria com japoneses. OAS e UTC também tiveram executivos presos. As duas empresas controlam, junto com Odebrecht e Kawasaki, o estaleiro Enseada, da Bahia. Fonte disse que as denúncias na Lava-Jato se referem à área de refino e, portanto, não guardam relação com esses estaleiros. Outra fonte disse que o Enseada tem vida própria, independente dos acionistas, e, este ano, deve faturar quase R\$ 3 bilhões. Fonte: Valor Econômico/Francisco Góes e Sérgio Ruck Bueno | Do Rio e de Porto Alegre